

DOC. 5



Número: **0827424-84.2023.8.15.0001**

Classe: **PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL**

Órgão julgador: **1º Juizado Especial Cível de Campina Grande**

Última distribuição : **23/08/2023**

Valor da causa: **R\$ 9.693,14**

Assuntos: **Transação**

Segredo de justiça? **NÃO**

Justiça gratuita? **SIM**

Pedido de liminar ou antecipação de tutela? **SIM**

Partes		Procurador/Terceiro vinculado	
JOAB DOS SANTOS (AUTOR)			
HELP FRANCHISING PARTICIPACOES LTDA. (REU)		JOAO FRANCISCO ALVES ROSA registrado(a) civilmente como JOAO FRANCISCO ALVES ROSA (ADVOGADO)	
BANCO BMG SA (REU)		GUSTAVO ANTONIO FERES PAIXAO registrado(a) civilmente como GUSTAVO ANTONIO FERES PAIXAO (ADVOGADO)	
Documentos			
Id.	Data da Assinatura	Documento	Tipo
81359843	27/10/2023 15:02	Projeto de sentença	Projeto de sentença



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DA PARAÍBA
COMARCA DE CAMPINA GRANDE**

Juízo do(a) 1º Juizado Especial Cível de Campina Grande

R VICE-PREFEITO ANTÔNIO DE CARVALHO SOUSA, S/N, ESTAÇÃO VELHA, CAMPINA
GRANDE - PB - CEP: 58155-000

Tel.: () ; e-mail:

Telefone do Telejudiciário: (83) 3216-1440 ou (83) 3216-1581



v.

SENTENÇA

Nº do Processo: 0827424-84.2023.8.15.0001

Classe Processual: PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL (436)

Assuntos: [Transação]

AUTOR: JOAB DOS SANTOS

REU: HELP FRANCHISING PARTICIPACOES LTDA.

CONSUMIDOR. Danos morais e materiais. Empréstimo. Depósito em conta diversa do mesmo autor. Uso do valor pelo banco para pagamento de dívida. Manifestação do desejo de que o valor fosse transferido para outra conta. Não comprovação. Danos morais e materiais incorrentes. Improcedencia

-

Vistos

Dispensável é o relatório, inteligência do art. 38, da Lei nº 9.099/95.

DECIDO

-

Cumpra registrar que o autor solicitou a inclusão do BMG o polo passivo, de modo que a decisão o inclua.

Trata-se de ação de indenização por danos morais e materiais em que o autor alega que realizou dois empréstimos cujos valores foram transferidos indevidamente para conta do Banco do Brasil que não mais movimentou devido a dívida que possui.

Narra que teria solicitado que os valores fossem depositados em conta mantida na Caixa Econômica.



Por erro, a demandada teria realizado a transferência na conta do Banco do Brasil cujo valor acabou sendo usado para pagamento da dívida que possui com a financeira em referência.

O BMG argumentou que os saques realizados foram transferidos na conta indicada pelo autor mantida no Banco do Brasil.

Pois bem.

PRELIMINARMENTE

Acolho a arguição de ilegitimidade da Help Franchising, pois o próprio BMG confessa que a contratação se deu com ele, não havendo indício de que a suscitante tenha se obrigado a cumprir o contrato. Além disso, os comprovantes de id 81012096 evidenciam que os valores foram transferidos pelo BMG.

MÉRITO

No mérito, a parte autora alega que teria solicitado que os valores dos saques fossem creditados em conta na CEF.

Não consta dos autos, no entanto, prova de que o BMG foi comunicado do desejo do autor.

No caso, não há dúvidas de que os valores foram depositados em conta de titularidade do autor no Banco do Brasil e que só não ficaram à sua disposição em razão de débito existente com o referido banco.

Pelo que observo, a promovida cumpriu o dever contratual de entregar as quantias contratadas na conta do promovedor. Aliás, a ré sequer poderia realizar a transferência na conta junto ao Banco do Brasil se não tivesse sido informada pelo próprio autor.

Presume-se, portanto, que a transferência ocorreu em conta indicada pelo autor ante a ausência de prova de comunicação do autor quanto a intenção de ter os valores depositados em conta diversa.

Ressalto que os documentos anexados nos ids 81028597 a 81030912 não fazem qualquer referência a anterior comunicação da intenção de ter os valores depositados em conta da CEF.



Vale pontuar que não pode a demandada responder por fato a que não deu causa, considerando que a conta do autor junto ao Banco do Brasil está ativa, caso contrario o deposito não teria sido possível, e a divida não tem qualquer relação com a ré.

Desse modo, ausente prova do defeito do serviço, a improcedência dos pedidos se impõe.

Ante o exposto, com fulcro no art. 487, I, do CPC, JULGO improcedente o pleito autoral.

Julgo extinto o processo sem resolução do mérito quanto à Help Franchising, com fundamento no art. 485, VI do CPC.

Isento de custas e honorários.

Publique-se, registre-se e intime-se. Certificado o trânsito em julgado, archive-se, observando-se as formalidades legais.

Submeto à homologação da MM. Juíza de Direito, conforme determina o Art. 40 da Lei 9.099/95.

ALBERTO QUARESMA JUNIOR

Juiz Leigo





Tribunal de Justiça do Estado da Bahia
PODER JUDICIÁRIO
JUAZEIRO
1ª VARA DO SISTEMA DOS JUIZADOS - JUAZEIRO - PROJUDI

Veneza, s/n, Fórum de Juazeiro, Alagadiço - JUAZEIRO
juazeiro-lvsj@tjba.jus.br - Tel.: (74) 3614-7189

Processo Nº: 0006363-35.2023.8.05.0146

Parte Autora:

ANTONIA BARROS LIMA

Parte ré:

BANCO BMG S A

SENTENÇA

Vistos, etc.

Dispensado o relatório, nos termos do artigo 38 da Lei 9.099/95.

FUNDAMENTO.

PRELIMINARMENTE.

DA DISPENSABILIDADE DA AUDIÊNCIA DE INSTRUÇÃO E JULGAMENTO.

No caso em apreço não há necessidade de audiência de instrução e julgamento, haja vista a prova ser documental.

CONEXÃO

Rejeito a preliminar, tendo em vista que as ações tratam-se de contratos diversos, não correndo o risco de prejuízo caso sejam analisados de forma diferente, pois cada contrato deve ser analisado em apartado, cada um com sua característica.

IMPUGNAÇÃO AO PEDIDO DE JUSTIÇA GRATUITA

Rejeito a preliminar. Recai sobre a parte contraria o ônus de provar a ausência dos pressupostos indispensáveis à concessão da gratuidade de justiça quando o beneficiário é pessoa natural uma vez que vigora a presunção de hipossuficiência em prol do declarante, fato esse que não ficou demonstrado nos autos.

INTERESSE DE AGIR - AUSÊNCIA DE PRETENSÃO RESISTIDA

Rejeito a preliminar, pois a parte não pode ser obrigada a tentar primeiro contato administrativo, sob pena de violação princípio da inafastabilidade da jurisdição.

DECADÊNCIA

Afasto a prejudicial de mérito, uma vez que o prazo a ser considerado é o prazo prescricional nos termos do artigo 27 do CDC.

DA PRESCRIÇÃO

Rejeito o pedido vez que entendo que a prescrição em relação obrigações que se desdobram em parcelas de trato sucessivo não atingem o fundo do direito, mas apenas as anteriores ao período do prazo prescricional.

Neste sentido.

PROCESSO AgInt no REsp 1963986 / SP AGRAVO INTERNO NO RECURSO ESPECIAL 2017/0268145-9 RELATOR Ministro RICARDO VILLAS BÔAS CUEVA (1147) ÓRGÃO JULGADOR T3 - TERCEIRA TURMA DATA DO JULGAMENTO 21/03/2022 DATA DA PUBLICAÇÃO/FONTE DJe 30/03/2022 EMENTA AGRAVO INTERNO NO RECURSO ESPECIAL. PREVIDÊNCIA PRIVADA. COMPLEMENTAÇÃO DE APOSENTADORIA. DESCONTO INDEVIDO. PRESCRIÇÃO. PRAZO QUINQUENAL. RELAÇÃO DE TRATO SUCESSIVO. DEVOLUÇÃO DAS VERBAS. DESNECESSIDADE. CARÁTER ALIMENTAR. BOA-FÉ DO BENEFICIÁRIO. APARÊNCIA DE LEGALIDADE E DEFINITIVIDADE DO PAGAMENTO.

ADENTRO AO MÉRITO

A parte Autora afirma que é aposentado do INSS, contratou junto ao Banco Requerido alguns empréstimos consignados, na modalidade consignação em folha de pagamento. Aduz que após a quitação os descontos continuaram a ser realizados, quando constatou que havia sido incluído pelo réu, a contratação de um cartão de RMC- Reserva de Margem de Cartão, jamais solicitado. Roga pela anulação do contrato, repetição do indébito e danos morais.

Em contestação, o réu sustenta a regularidade da contratação. Pugna pela improcedência.

Pois bem.

Noto que a lide gira em torno da (i)licitude da conduta da ré, que teria perfectibilizado contrato de cartão de crédito com reserva de margem consignável, ao invés de empréstimo consignado, valendo-se da condição de vulnerabilidade da parte consumidora, o que lhe gerou diversos ônus, tais como, a oneração de sua folha de aposentadoria de forma indevida, a assunção de dívida impagável, lhe impondo uma série de restrições, em especial por ser aposentada e auferindo mensalmente um salário mínimo.

Da análise dos autos, verifico que a pretensão deduzida na inicial não merece ser acolhida.

O banco réu comprova que houve contratação do cartão de crédito consignado apresentando termo de adesão e cédula de crédito bancário assinados pela demandante, por meio de biometria facial. (Ev. 25)

Outrossim, o demandado também comprova que houve a disponibilização ode valores em favor da autora e realização de saque (Ev. 27.7 e 27.9).

Além disso, o extrato juntado à inicial revela uma margem bastante comprometida, não possível afirmar se à época da contratação do RMC existia ou não margem consignável disponível para a contratação de empréstimo consignado.

Como se verifica, inexistem vícios de consentimento no negócio impugnado. A contratação deu-se de maneira lícita, dentro da normatização exigida para empréstimos RMC.

DECIDO.

Diante do exposto, julgo **IMPROCEDENTES** os pedidos autorais.

Sem condenação em custas e honorários advocatícios (art. 55 da Lei 9.099/95). Em caso de recurso inominado e tempestivo, recebo-o no efeito devolutivo.

Defiro os benefícios da justiça gratuita, nos termos do artigo 54 da Lei 9.099/95.

Intimem-se.

JUAZEIRO, 12 de Janeiro de 2024.

VALECIUS PASSOS BESERRA

Juiz de Direito
Documento Assinado Eletronicamente

Assinado eletronicamente por: VALECIUS PASSOS BESERRA
Código de validação do documento: 9524fcd0 a ser validado no sítio do PROJUDI - TJBA.



Tribunal de Justiça do Estado da Bahia
PODER JUDICIÁRIO
ILHÉUS
3ª VARA DO SISTEMA DOS JUIZADOS - ILHÉUS - PROJUDI

Osvaldo Cruz, Fórum Epaminondas B. de Castro, S/N, 1º andar do prédio anexo,
Cidade Nova - ILHÉUS
ilheus-3vsj@tjba.jus.br - Tel.: 73 3234-3418

PROCESSO N.º: 0011180-77.2023.8.05.0103

AUTORES:
ANTONIO MONTEIRO DOS SANTOS

RÉUS:
BANCO BMG S A

SENTENÇA

Vistos, etc.

Dispensado o relatório, na forma do art. 38 da Lei nº 9.099/95.

Narra a parte autora que, em fevereiro/2017, celebrou contrato de nº 11897249 junto ao réu o que acreditava ser um empréstimo consignado tradicional. Todavia, alega que, posteriormente, foi surpreendida com a informação de que, na verdade, o contrato se tratava da modalidade cartão de crédito com reserva de margem consignável, sem finalização dos descontos até que todo o débito fosse quitado na integralidade, o que reputa abusivo. Insurge-se ainda contra os contratos de nº 7405059 e 9129389, celebrados em 18/10/2015 e 24/03/2016, respectivamente, mas ambos excluídos em 04/02/2017. Por isso, requer a juntada obrigatória do termo assinado, a suspensão dos indigitados descontos com a consequente declaração de nulidade do contrato, a restituição em dobro do indébito, ou alternativamente a conversão do negócio para a modalidade de empréstimo consignado, mais reparação moral.

O réu, em sede de defesa, argui, preliminarmente, incompetência, impugnação ao valor da causa, coisa julgada com relação aos processos 1006376-68.2021.8.26.0189 e 1007874-10.2018.8.26.0189, inépcia, prescrição e decadência. No mérito, defende a regularidade da contratação de cartão de crédito consignado e não empréstimo comum, pois aderida mediante termo próprio, onde consta de forma expressa as respectivas características, o qual que foi devidamente assinado, por meio de biometria facial, com autorização declarada para a Reserva de Margem Consignável. Pontua também que foram solicitados diversos saques no magnético que foram creditados em conta de titularidade da parte autora, conforme TEDs colacionados. Esclarece que *'as numerações atreladas ao contrato de cartão de crédito, é importante destacar que tal modalidade possui as seguintes características, a saber: i) número de contrato; ii) número de cartão (plástico); iii) número de matrícula; iv) código de adesão (ADE); v) código de reserva de margem (RMC), sendo*

que a parte autora firmou junto ao Banco Réu (i) cartão de crédito nº 5259 XXXX XXXX 8119, vinculado à (ii) matrícula 1628094718. Ainda, referido negócio possui (iii) o código de adesão (ADE) nº 39576287, junto ao benefício previdenciário nº 1628094718. Observe-se que o código de reserva de margem (RMC) n.º 11897249, apesar de constar no extrato do benefício como número de contrato, referido número trata-se de numeração interna do INSS, gerado por aquele órgão, possibilitando o desconto para o contrato. Logo, o código de reserva de margem perante o INSS serve, exclusivamente, para identificação interna perante o órgão'. Por fim, refuta as pretensões exordiais, pugnano ainda pela improcedência da ação e pela expedição de ofício à instituição creditada, com condenação do postulante por litigância de má-fé.

DECIDO.

De início, **quanto aos contratos de nº 7405059 e 9129389, entendo que merece acolhida a prejudicial de prescrição quinquenal.** Isso porque o próprio postulante confessa que foram EXCLUÍDOS, portanto, inativos, sem qualquer consignação ou reserva de margem consignável desde 04/02/2017, sendo que a referida ação apenas foi ajuizada em 26/09/2023, ou seja, mais de seis anos da ocorrência do suposto fato danoso.

Com efeito, o CDC previu em seu art. 27 a prescrição quinquenal, portanto, não havendo interrupção ou suspensão esta se opera impedindo assim o pleito autoral.

Nessa senda, é importante esclarecer que a prescrição é a perda de pretensão da reparação do direito violado por inércia do titular do direito no prazo legal.

Inclusive o art. 189 do Código Civil preceitua que violado o direito, nasce para o titular a pretensão, a qual se extingue, pela prescrição, nos prazos previstos em Lei.

Da mesma forma, a doutrina, em sua grande maioria destaca o conceito de prescrição defendido por Clóvis Beviláqua, que "é a perda da ação atribuída a um direito, e de toda a sua capacidade defensiva, em consequência do não-uso delas, durante um determinado espaço de tempo" (apud VENOSA, 2005, p. 597)[1].

Aqui, cabe esclarecer que com relação aos supramencionados contratos não há falar em obrigação de trato sucessivo, já que encerrados desde 2017.

Dito isto, tem-se que, no caso em tela, a prescrição ocorreu em **04/02/2022**.

Por outro lado, **com relação ao contrato nº 11897249, rejeito simultaneamente as prejudiciais de decadência e prescrição,** haja vista que estamos diante de prestações de trato sucessivo cujos descontos se renovam a cada mês. Inclusive esse é o entendimento dos Tribunais Superiores:

RECURSO INOMINADO. INDENIZATÓRIA. RMC. RESERVA DE MARGEM CONSIGNÁVEL INDEVIDA REALIZADA NO BENEFÍCIO PREVIDENCIÁRIO DA AUTORA. ENVIO DE CARTÃO DE CRÉDITO SEM SOLICITAÇÃO. PRÁTICA ABUSIVA. APLICAÇÃO DA SÚMULA 532 DO STJ POR ANALOGIA. DESCONTO INDEVIDO. AUSÊNCIA DE JUNTADA DE CONTRATO. FALHA NA PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS. VENDA DA CARTEIRA DE CARTÃO DE CRÉDITO AO BANCO PAN. LEGITIMIDADE PASSIVA DA PARTE DO RÉU. SENTENÇA QUE JUGOU EXTINTO O PROCESSO SOB A ALEGAÇÃO DE PRESCRIÇÃO DO ARTIGO 206, PARÁGRAFO 3º, INCISO V, DO CÓDIGO CIVIL. INAPLICABILIDADE. RELAÇÃO DE CONSUMO. APLICABILIDADE DO ARTIGO 27 DO CÓDIGO DE DEFESA DO CONSUMIDOR. CONTAGEM DO PRAZO A PARTIR DO CONHECIMENTO DO DANO E DE SUA AUTORIA. PRESCRIÇÃO AFASTADA. (...) do recuso do réu e pelo desprovimento do recurso da autor (TJPR - 2ª Turma Recursal - 0012682-66.2015.8.16.0025/0 - Araucária - Rel.: James Hamilton de Oliveira Macedo - Rel.Desig. p/ o Acórdão: Manuela Tallão Benke - - J. 12.05.2016) (TJ-PR - RI: 001268266201581600250 PR 0012682-66.2015.8.16.0025/0 (Acórdão),

Relator: Manuela Tallão Benke, Data de Julgamento: 12/05/2016, 2ª Turma Recursal, Data de Publicação: 23/05/2016)

RECURSO INOMINADO. AÇÃO INDENIZATÓRIA DE DANOS MATERIAIS E MORAIS. CARTÃO DE CRÉDITO CONSIGNADO. INOCORRÊNCIA DE PRESCRIÇÃO. UTILIZAÇÃO DO CARTÃO PARA COMPRAS E TELESQUE. DESCONTOS MÍNIMOS NO BENEFÍCIO DEVIDOS. AUSÊNCIA DE FALHA NA PRESTAÇÃO DO SERVIÇO. DANOS MATERIAIS E MORAIS NÃO CONFIGURADOS. SENTENÇA REFORMADA. Recurso parcialmente provido. (...) Tampouco se aceita a alegação e prescrição, pois verifica-se que os descontos se dão mês a mês, havendo continuidade das cobranças, não estando a ação prescrita, portanto. (...) (TJPR - 2ª Turma Recursal - 0002686-12.2016.8.16.0089 - Ibaíti - Rel.: Juiz Marcelo de Resende Castanho - J. 15.09.2017) (TJ-PR - RI: 00026861220168160089 PR 0002686-12.2016.8.16.0089 (Acórdão), Relator: Juiz Marcelo de Resende Castanho, Data de Julgamento: 15/09/2017, 2ª Turma Recursal, Data de Publicação: 15/09/2017)

*JUIZADOS ESPECIAIS CÍVEIS. CONSUMIDOR. INOCORRÊNCIA DA DECADÊNCIA. INEXISTÊNCIA DE DECADÊNCIA CONTRATO DE CARTÃO DE CRÉDITO COM RESERVA DE MARGEM CONSIGNÁVEL (RMC). OFENSA AO DEVER DE INFORMAÇÃO E BOA-FÉ OBJETIVA. DESVANTAGEM EXAGERADA. RESTITUIÇÃO DOS CONTRATANTES AO STATUS QUO ANTE. RECURSO CONHECIDO. PREJUDICIAL DE MÉRITO REJEITADA. IMPROVIDO [...] 5. **Rejeita-se a prejudicial de decadência, pois o que se tem no caso concreto é uma relação jurídica de trato sucessivo que vincula as partes, por força da qual o recorrido ainda está a suportar os efeitos da avença (desconto do empréstimo tomado junto ao banco), pouco importando a data em que celebrado o contrato. Persiste intacta, portanto, a possibilidade de discutir em juízo a nulidade do instrumento. Prejudicial de mérito rejeitada [...]** (TJ-DF 07035361220198070011 DF 0703536- 12.2019.8.07.0011, Relator: CARLOS ALBERTO MARTINS FILHO, Data de Julgamento: 26/08/2020, Terceira Turma Recursal, Data de Publicação: Publicado no PJe : 03/09/2020)*

Do mesmo modo, **rechaço a preliminar de incompetência**, pois a causa de pedir não se funda em revisional de juros, mas sim em nulidade contratual por supostos vício de consentimento e violação do dever de informação.

Igualmente, **deixo de acolher a prefacial de impugnação ao valor da causa**, vez que nos Juizados Especiais Cíveis o magistrado deve considerar valor da causa tão somente para efeito de verificação de competência o *quantum* correspondente ao proveito econômico perseguido pelo autor, consoante conteúdo do Enunciado 39 do FONAJE, que diz: *Em observância ao art. 2º da Lei 9.099/1995, o valor da causa corresponderá à pretensão econômica objeto do pedido.* Além disso, não vislumbro violação ao art. 3º, I, da Lei 9.099/95 (competência para causas cujo valor não exceda a quarenta vezes o salário mínimo), nem ao Enunciado 170 do FONAJE: *No Sistema dos Juizados Especiais, não se aplica o disposto no inc. V do art. 292 do CPC/2015 especificamente quanto ao pedido de dano moral; caso o autor opte por atribuir um valor específico, este deverá ser computado conjuntamente com o valor da pretensão do dano material para efeito de alçada e pagamento de custas.*

Da mesma forma, **não merece prosperar a preambular de coisa julgada**, haja vista que, da análise da própria documentação defensiva, tem-se que nos processos aventados de nº 1007874-10.2018.8.26.0189 (extinto sem resolução do mérito ante o não recolhimento de custas) e 006376-68.2021.8.26.0189, o promovente questionou contrato diverso de nº 11492347.

Por fim, **afasto a proemial de inépcia**, pois, além da reclamada ter formulado contestação contra os fatos apresentados nesta lide, considera-se inepta a exordial que não for apta a produzir efeitos jurídicos, em razão de vícios que a tornem confusa, contraditória, absurda ou incoerente. Também é assim considerada a que não contiver os requisitos exigidos pela lei, que não se fundamentar em direito expresso ou por não se aplicar à espécie o fundamento invocado, o que não é o caso. Ademais, eventual ausência de documentos probantes é questão que depende de análise meritória.

No mérito, a queixa é IMPROCEDENTE.

De pórdico, observa-se que a relação jurídica tratada se subsume entre as de consumo, regida pelo Código de Defesa do Consumidor, na medida em que a parte requerida se enquadra no artigo 3º do diploma em questão, pois se apresenta como fornecedora do serviço objeto da lide, do qual a parte requerente, pessoa física, é eventualmente consumidora, tomadora da prestação como usuária final, na forma do artigo 2º do texto referido.

Ademais, cumpre mencionar que o artigo 6º da Lei 9.099/95 estabelece que *'O Juiz adotará em cada caso a decisão que reputar mais justa e equânime, atendendo aos fins sociais da Lei e às exigências do bem comum'*.

Além disso, o artigo 371 do CPC dispõe que *'O juiz apreciará a prova constante dos autos, independentemente do sujeito que a tiver promovido, e indicará na decisão as razões da formação de seu convencimento'*.

Dito isto, de logo, **não prospera o pleito mandamental de exibição obrigatória do contrato por parte da ré**, eis que a matéria em questão é estritamente processual, não se afigurando cabível a prolação de uma decisão que obrigue a demandada a produzir certa prova no curso do feito, pois a produção de provas pode no máximo consistir em um ônus da parte interessada, nunca uma obrigação. Assim sendo, caso alguma controvérsia se delineie no decorrer do processo, e a parte sobre quem recai o ônus probatório (o que se definirá a partir da aplicação das regras existentes na legislação processual) dele não se desincumbir, sofrerá ela os efeitos da sucumbência. Se a parte demandante reputava indispensável a posse de certo documento para fins de ajuizamento de uma ação, deveria se valer do instrumento processual próprio, que é a ação de exibição documental, sujeita a rito específico, incompatível com o previsto no art. 3º e art. 51, II, da Lei 9.099/95 c/c Enunciado nº 08, do FONAJE: *"As ações sujeitas a procedimentos especiais não são admissíveis nos Juizados Especiais"*.

No mais, muito embora a parte postulante argumente que aderiu à modalidade *empréstimo comum* (e não *cartão de crédito consignado*), e que ainda está sendo cobrado indevidamente, verifica-se que o postulado colaciona um termo contratual, que indica em letras em caixa alta se tratar de um **'TERMO DE ADESÃO CARTÃO DE CRÉDITO CONSIGNADO BANCO BMG E AUTORIZAÇÃO PARA DESCONTO EM FOLHA DE PAGAMENTO e uma CÉDULA DE CRÉDITO BANCÁRIO – SAQUE MEDIANTE A UTILIZAÇÃO DO CARTÃO DE CRÉDITO CONSIGNADO EMITIDO PELO BANCO BMG'**, sendo que no primeiro foram pactuados juros pré-fixadas de 2,89% a.m. e 40,76 % a.a., além de **Custo Efetivo Total (CET) de 3,52% a.m. e 52,33 a.a.**

No caso dos autos, verifica-se que o requerido **apresentou contrato** assinado eletronicamente por reconhecimento facial, com geolocalização do contratante, acompanhado de fotocópia do RG da parte requerente e que aponta o mesmo endereço declinado no sistema Projudi.

Somado a isso, o promovido **colacionou no contrato fotografia que aponta a captura da biometria facial da parte promovente, também não negada, sem haver qualquer demonstração ou mero indício de vício de vontade, corroborando a tese de defensiva de adesão voluntária.**

Todavia, na oportunidade de se manifestar acerca desses fatos e documentos desconstitutivos, a parte promovente se ateve a ilações genéricas, **sendo prescindível qualquer alegação de necessidade perícia grafotécnica para eventual confirmação.**

Inclusive o banco réu expressamente esclarece que: *'as numerações atreladas ao contrato de cartão de crédito, é importante destacar que tal modalidade possui as seguintes características, a saber: i) número de contrato; ii) número de cartão (plástico); iii) número de matrícula; iv) código de adesão (ADE); v) código de reserva de margem (RMC), sendo que a parte autora firmou junto ao Banco Réu (i) cartão de crédito nº 5259 XXXX XXXX 8119, vinculado à (ii) matrícula 1628094718. Ainda, referido negócio possui (iii) o código de adesão (ADE) nº 39576287, junto ao benefício previdenciário nº 1628094718. Observe-se que o código de reserva de margem (RMC) n.º **11897249**, apesar de constar no extrato do benefício como número de contrato, referido número trata-se de numeração interna do INSS, gerado por aquele órgão, possibilitando o desconto para o contrato. Logo, o código de reserva de margem perante o INSS serve, exclusivamente, para identificação interna perante o órgão.'*

Não bastasse isso, o demandado apresentou link (

No mais, nota-se no mesmo documento que a parte demandante **autoriza a sua fonte pagadora, de forma irrevogável e irretratável, a realizar o desconto mensal em seu benefício, em favor do BANCO BMG, para o pagamento correspondente ao mínimo indicado na fatura mensal do cartão de crédito consignado ora contratado, declarando estar ciente de que o produto ora contratado refere-se a um Cartão de Crédito Consignado, bem como que está de acordo com o valor averbado e ciente de que o mesmo será automaticamente majorado na mesma proporção de eventuais e futuros aumentos em sua margem consignável; destinando os recursos única e exclusivamente para amortizar o saldo devedor do magnético consignado.**

Outrossim, **tem-se que o suplicado ainda anexa comprovante de transferência eletrônica disponível (TED) demonstrando que os valores mencionados na contestação foram creditados em conta de titularidade da parte suplicante.** O que, desde já, por consequência lógica, **dispensa eventual necessidade expedição de ofício à instituição creditada para confirmação.**

Nesse contexto, é importante mencionar que segundo a Teoria da Distribuição Dinâmica do Ônus da Prova - que inclusive embasa o art. 6º, VIII, do CDC e art. 373, §§1º e 2º, do CPC - o ônus probatório deve recair sobre a parte que tenha condições de dele se desincumbir. Ademais, não é demais recordar que, inobstante se tratar de relação de consumo, a inversão do ônus da prova, com fundamento nos dispositivos retromencionados, não se dá de forma automática, mas a critério do magistrado das vias ordinárias (STJ-AgRg no Ag: 955934 DF). Portanto, inexistindo a verossimilhança nas alegações autorais, não há que se falar em inversão do ônus probatório, devendo então ser aplicada a regra do art. 373, I, do CPC.

E mesmo que fosse invertido o ônus probatório, vislumbra-se que o acionado se desincumbiu do ônus que lhe competia (art. 373, II, do CPC), pois trouxe aos autos comprovação de que prestou as informações necessárias à acionante acerca da modalidade contratada.

Dessa forma, conclui-se que não há falar em cobrança indevida ou mesmo elemento algum que indique a existência de coação, falta de informação ou qualquer

outra atitude do promovido que resulte na conclusão de que o promovente foi ludibriada ou obrigada a celebrar uma contratação contra a sua vontade (vício de consentimento), capaz de tornar anulável o negócio jurídico celebrado.

Assim, diante das razões expostas e do contrato objeto da lide devidamente assinado, entende-se que não há falar em ato ilícito por parte da instituição financeira, o que afasta a responsabilidade pretendida, **sendo forçoso reconhecer a improcedência de TODOS os pleitos exordiais.**

Inclusive este é o entendimento exposto pelas TURMAS RECURSAIS do TJ/BA nos autos dos processos nº 0000184-54.2022.8.05.0103, 0000862-69.2022.8.05.0103, 0000999-51.2022.8.05.0103, que tramitaram nesta Comarca.

Também na mesma inteligência:

AÇÃO DECLARATÓRIA DE INEXIGIBILIDADE DE DÉBITO CUMULADA COM DEVOLUÇÃO DE VALORES E INDENIZAÇÃO POR DANO MORAL é Empréstimo consignado - Autor alega desconhecer a operação de crédito firmada em seu nome com o banco e que teria ensejado descontos indevidos em seu benefício previdenciário - Insustentabilidade é Hipótese em que o banco se desincumbiu do seu ônus de comprovar a adesão do autor à operação de crédito por ele impugnada é Existência de contrato eletrônico firmado mediante identificação biométrica facial é Inexistência de nulidade a ser reconhecida e, conseqüentemente, descabimento da pretensão indenizatória é Sentença modificada é Recurso provido. (TJ-SP - AC: 10191548320208260002 SP 1019154-83.2020.8.26.0002, Relator: Paulo Pastore Filho, Data de Julgamento: 05/10/2021, 17ª Câmara de Direito Privado, Data de Publicação: 05/10/2021)

Contratação de empréstimo consignado por meio eletrônico. Assinatura via biometria facial. Juntada de cópia do instrumento contratual celebrado entre as partes com foto da autora. Depósito dos valores do empréstimo na conta da autora na qual são depositados seus proventos de aposentadoria. Existência de relação jurídica entre as partes. Litigância de má-fé não tipificação. Recurso parcialmente provido. (TJ-SP - AC: 10008626620218260438 SP 1000862-66.2021.8.26.0438, Relator: Luis Carlos de Barros, Data de Julgamento: 19/09/2021, 20ª Câmara de Direito Privado, Data de Publicação: 19/09/2021)

RECURSO INOMINADO. AÇÃO DECLARATÓRIA DE INEXISTÊNCIA DE DÉBITO C/C REPETIÇÃO DE INDÉBITO E INDENIZAÇÃO POR DANOS MORAIS COM PEDIDO DE TUTELA PROVISÓRIA DE URGÊNCIA. ALEGAÇÃO DE COBRANÇA INDEVIDA DE EMPRÉSTIMO NÃO CONTRATADO. PROVA DA CONTRATAÇÃO. SENTENÇA JULGOU IMPROCEDENTES OS PEDIDOS. PRÁTICA DE ATO ILÍCITO NÃO EVIDENCIADA. IMPROCEDÊNCIA RECONHECIDA. MANUTENÇÃO DO JULGADO. NÃO PROVIMENTO DO RECURSO. (i) Em que pesem as alegações da recorrente, observa-se que a demandada logrou trazer aos autos o contrato, onde a autora anui com a contratação do empréstimo ora discutido, através de sua assinatura eletrônica, bem como o comprovante de depósito do referido valor na conta da parte autora, e de saque do mesmo (evento 14). Deste modo, infere-se que a contratação foi realizada de forma regular, não havendo que se falar em cobrança indevida. (i) (TJ-BA - RI: 00002285120208050230, Relator: CRISTIANE MENEZES SANTOS BARRETO, TERCEIRA TURMA RECURSAL, Data de Publicação: 17/03/2021)

Por fim, **não merece prosperar o pleito de condenação do acionante em litigância de má-fé**, pois, ainda que sejam indeferidos os seus pedidos, não se verifica, até o momento, a ocorrência de qualquer das hipóteses elencadas no Código

de Processo Civil, de maneira a justificar o acolhimento da referida sanção. Até porque, o postulante não demonstrou má-fé ao procurar uma solução judicial buscando a satisfação de uma pretensão, cujo direito acreditava ser titular.

Ante o exposto, **JULGO IMPROCEDENTES os pedidos autorais com relação ao contrato nº 11897249.**

Da mesma forma, JULGO IMPROCEDENTES os pedidos autorais **com relação aos contratos de nº 7405059 e 9129389** para RECONHECER A PRESCRIÇÃO, nos termos do 27, do CDC.

Por conseguinte, extingo o processo com resolução do mérito, nos termos do Art. 487, inc. I e II, CPC.

No caso da interposição de recurso, atentem as partes para o quanto estabelecido na Lei estadual nº 13.600/2016, concernente aos atos que devem compor o preparo recursal.

Sem custas e honorários, porquanto não cabíveis nesta fase processual.

P. R. I.

Ilhéus, Data da assinatura eletrônica.

THÉA CRISTINA MUNIZ CUNHA SANTOS

Juíza de Direito

Documento Assinado Eletronicamente

[1] VENOSA, Sílvio de Salvo. Direito Civil: parte geral. v1. 5ª ed. São Paulo : Atlas, 2005.

Assinado eletronicamente por: THEA CRISTINA MUNIZ CUNHA SANTOS
Código de validação do documento: 941ed748 a ser validado no sítio do PROJUDI - TJBA.



Tribunal de Justiça do Estado da Bahia
PODER JUDICIÁRIO
JUAZEIRO
1ª VARA DO SISTEMA DOS JUIZADOS - JUAZEIRO - PROJUDI

Veneza, s/n, Fórum de Juazeiro, Alagadiço - JUAZEIRO
juazeiro-1vsj@tjba.jus.br - Tel.: (74) 3614-7189

Processo Nº: 0006304-47.2023.8.05.0146

Parte Autora:
ANTONIA BARROS LIMA

Parte ré:
BANCO BMG S A

SENTENÇA

Vistos, etc.

Dispensado o relatório, nos termos do artigo 38 da Lei 9.099/95.

FUNDAMENTO.

Preliminarmente.

Da dispensabilidade da audiência de instrução e julgamento.

No caso em apreço não há necessidade de audiência de instrução e julgamento, haja vista a prova ser documental.

Da Inépcia da inicial

Rejeito a preliminar, uma vez que o pedido inicial atendeu aos requisitos de admissibilidade exigidos pelo art. 14 da Lei n. 9.099/95, sendo, portanto, peça hábil para prosseguimento da análise da ação. Com efeito, basta uma singela leitura da inicial para concluir que esta

Da Complexidade da causa

Rejeito a preliminar de, na medida em que os elementos probatórios coligidos são suficientes para elucidação dos fatos e deslinde da causa, não havendo, assim, dificuldade factual e

probatória de grandes proporções de modo a impedir sua apreciação pelo sistema dos Juizados Especiais.

Da conexão com a ação 0006363-35.2023.8.05.0146.

Rejeito a preliminar de alegação de conexão, tendo em vista que as ações tratam de contratos diversos, não correndo o risco de prejuízo caso sejam analisados de forma diferente, pois cada contrato deve ser analisado em apartado, cada um com sua característica.

Da prescrição trienal

Rejeito a preliminar vez que entendo que a prescrição em relação obrigações que se desdobram em parcelas de trato sucessivo não atingem o fundo do direito, mas apenas as anteriores ao período do prazo prescricional.

Neste sentido.

PROCESSO AgInt no REsp 1963986 / SP AGRAVO INTERNO NO RECURSO ESPECIAL 2017/0268145-9 RELATOR Ministro RICARDO VILLAS BÔAS CUEVA (1147) ÓRGÃO JULGADOR T3 - TERCEIRA TURMA DATA DO JULGAMENTO 21/03/2022 DATA DA PUBLICAÇÃO/FONTE DJe 30/03/2022 EMENTA AGRAVO INTERNO NO RECURSO ESPECIAL. PREVIDÊNCIA PRIVADA. COMPLEMENTAÇÃO DE APOSENTADORIA. DESCONTO INDEVIDO. PRESCRIÇÃO. PRAZO QUINQUENAL. RELAÇÃO DE TRATO SUCESSIVO. DEVOLUÇÃO DAS VERBAS. DESNECESSIDADE. CARÁTER ALIMENTAR. BOA-FÉ DO BENEFICIÁRIO. APARÊNCIA DE LEGALIDADE E DEFINITIVIDADE DO PAGAMENTO.

Adentro ao mérito.

Trata-se de ação indenizatória cumulada com obrigação de fazer.

Afirma a parte autora que buscou o réu a fim de contratar um empréstimo consignado. Diz que após algum tempo descobriu tratar-se um cartão de credito consignado, modalidade este diversa da almejada.

Assim, requer declaração de nulidade do contrato, cessação dos descontos, repetição do indébito e danos morais.

Em contestação, o réu sustenta a regularidade da contratação. Pugna pela improcedência.

Pois bem.

Denota-se, no caso em tela, que a prova do fato controvertido em torno da existência de contratação de cartão de crédito consignado somente pode ser feita por aquele que no processo reúne as melhores condições para tanto, qual seja, o réu. Por esta razão é que, de acordo com a teoria da dinâmica de distribuição do ônus da prova, alicerçada nos princípios constitucionais da efetividade jurisdicional e da garantia de acesso à justiça, foi reputado o ônus probandi.

Da análise dos autos, verifico que a pretensão deduzida na inicial não merece ser acolhida.

O banco réu comprova que houve contratação do cartão de crédito consignado, apresentando cédula de credito assinada pela demandante.

Ademais, o banco comprova disponibilização de valor, em favor da parte autora, uma vez que foram realizados 06 saques.

Como se verifica inexistem vícios de consentimento no negócio impugnado. A contratação deu-se de maneira lícita, dentro da normatização exigida para empréstimos RMC.

Decido.

Diante do exposto, julgo **IMPROCEDENTES** os pedidos autorais.

Sem condenação em custas e honorários advocatícios (art. 55 da Lei 9.099/95). Em caso de recurso inominado e tempestivo, recebo-o no efeito devolutivo.

Defiro os benefícios da justiça gratuita, nos termos do artigo 54 da Lei 9.099/95.

Intimem-se.

Intimem-se.

JUAZEIRO, 19 de Novembro de 2023.

VALECIUS PASSOS BESERRA

Juiz de Direito
Documento Assinado Eletronicamente

Assinado eletronicamente por: VALECIUS PASSOS BESERRA
Código de validação do documento: 93e2c9e2 a ser validado no sítio do PROJUDI - TJBA.



Tribunal de Justiça do Estado da Bahia
PODER JUDICIÁRIO
SALVADOR
9ª VSJE DO CONSUMIDOR (MATUTINO) - PROJUDI

PADRE CASIMIRO QUIROGA, 2403, 3º ANDAR (FÓRUM IMBUÍ), IMBUÍ - SALVADOR
ssa-9vsje-consumo@tjba.jus.br - Tel.: (71) 3372-7438

Processo Nº: 0183687-59.2023.8.05.0001

Parte Autora:
WILSON FERNANDES DOS SANTOS

Parte ré:
BANCO BMG S A

SENTENÇA

-

Vistos etc...

Dispensado o relatório, na forma do art. 38 da Lei nº 9.099/95.

No caso concreto, assevera a parte autora que buscou o Banco Réu a fim de contratar empréstimo consignado em seu benefício. Acontece que o Banco Réu agiu de má-fé pois possuía margem para contratação de empréstimo consignado e seu preposto optou para contratação de cartão de crédito com reserva de margem – RMC.

Ao final, requereu a parte autora, liminarmente, que a Ré suspenda os descontos em seu benefício. No mérito, pediu para declarar a nulidade da contratação de empréstimo via cartão de crédito com RMC; a devolução dos valores pagos em dobro e o pagamento de indenização referente

aos danos morais no valor de R\$ 15.000,00 (dez mil reais).

Na defesa (evento 11), a acionada suscita, preliminarmente, a irregularidade da procuração. No mérito, aduz que a contratação somente ocorreu por iniciativa da parte autora, que aderiu à proposta de contratação do "BMG Card" mediante assinatura do termo de adesão, do termo de autorização para desconto em folha de pagamento. Impende destacar também que, a partir desta contratação, foram disponibilizados 3 saques complementares nos valores de R\$ 3.620,00, R\$ 504,00 e R\$ 599,40. Assim, pugna pela improcedência da ação.

É o breve relato.

Tudo visto e examinado, **DECIDO**:

PRELIMINARES

Irregularidade da procuração

REJEITO a prefacial, eis que o rito sumaríssimo prevê a possibilidade de outorga de procuração tácita, bastando, para tanto, que o representante processual compareça aos atos presenciais juntamente com o seu constituinte, havendo limites tão somente quanto aos poderes especiais previstos no art. 105 do CPC, que demandam expressa manifestação, por meio de instrumento escrito.

MÉRITO

Do exame do feito, verifica-se que a parte Autora efetivamente sofreu descontos em seu benefício previdenciário, em decorrência do cartão de crédito consignado objeto da lide.

Tratando-se de relação tipicamente consumerista e sendo verossímeis as alegações autorais, torna-se imperioso reconhecer a aplicabilidade do princípio da inversão do ônus da prova, previsto no art. 6º, VIII, da Lei nº 8.078/90.

Caberia, assim, à parte Ré trazer prova inequívoca da contratação do serviço entre as partes a justificar a cobranças objeto da lide, através de documentos hábeis para tanto, tais como o próprio instrumento contratual objeto da lide.

Nesse passo, tem-se que **a empresa Ré cumpriu seu ônus probatório, vez que apresentou o Termo de adesão do cartão de crédito objeto da lide assinado digitalmente, cópia dos documentos pessoais e self, bem como gravação de vídeo chamada em que há a**

contratação de saque. No instrumento consta expressamente a informação de que a parte Autora aderiu à cartão de crédito consignado. A instituição financeira apresenta também faturas, além do comprovante de TED.

Sendo assim, resta patente que o débito questionado nos autos possui origem em legítima operação estabelecida entre as partes, não havendo como ser acolhido o pleito autoral.

Ora, consoante determina o art. 373, I, do NCPC, cabe ao autor provar os fatos constitutivos do seu direito.

Nesse sentido, a lição do ilustre professor Moacyr Amaral Santos, segundo o qual **ao autor incumbe dar a prova dos fatos em que se fundamenta sua pretensão, porque não os provando não encontrará elementos para concluir pela verdade deles.**

Descabe, ainda, no caso em tela, o deferimento da inversão do ônus da prova em face da ausência de verossimilhança das alegações da parte Autora por absoluta falta de indícios mínimos da ocorrência do fato.

Nesse sentido:

OBRIGAÇÃO DE FAZER CUMULADA COM INDENIZAÇÃO POR DANO MORAL SAQUES EM CONTA CORRENTE
SENTENÇA DE IMPROCEDÊNCIA PRETENSÃO DE REFORMA DA R. SENTENÇA PARA QUE A AÇÃO SEJA JULGADA
NOS TERMOS REQUERIDOS NA PETIÇÃO INICIAL. DESCABIMENTO.

A regra da inversão do ônus da prova não é automática. Exige-se a verossimilhança da alegação ou hipossuficiência do consumidor, o que, de nenhuma forma, se apresenta no caso sob julgamento. Ademais, vieram com a petição inicial documentos que explicam detalhadamente como e porque o banco concluiu que os débitos se fizeram com a versão do cartão magnético que estava vigente, mediante uso da senha correspondente e sem indícios de fraude ou clonagem - Fundamentos da sentença adotados nos termos do art. 252 do Regimento Interno deste E. TJ-SP. Recurso desprovido. TJSP - Apelação: APL 9062020982005826 SP 9062020-98.2005.8.26.0000. Relator(a): Walter Fonseca. Julgamento: 10/11/2011

AÇÃO DE INDENIZAÇÃO POR DANOS MATERIAIS E MORAIS - CLONAGEM DE CARTÃO MAGNÉTICO GERANDO SAQUES INDEVIDOS DE CONTA CORRENTE - **EM QUE PESE A RELAÇÃO CONSUMEIRISTA EXISTENTE ENTRE AS PARTES, A AUSÊNCIA DE VEROSSIMILHANÇA DAS ALEGAÇÕES DA AUTORA IMPEDE A APLICAÇÃO DA REGRA PREVISTA NO ARTIGO 6º, VIII DO CDC, FAZENDO INCIDIR A REGRA ORDINÁRIA DE DISTRIBUIÇÃO DO ÔNUS DA PROVA PREVISTA NO ARTIGO 333,1, DO CPC, DA QUAL NÃO SE DESIMCUMBIU A AUTORA** - NO CASO, AUSENTE QUALQUER ELEMENTO DE PROVA A APONTAR PARA A VERACIDADE DAS ALEGAÇÕES DA AUTORA - INOCORRÊNCIA DE CULPA DA INSTITUIÇÃO FINANCEIRA IMPONDO O DEVER DE INDENIZAÇÃO - DANO MORAL E

MATERIAL NÃO CONFIGURADOS - SENTENÇA MANTIDA -RECURSO NEGADO. TJSP - Apelação: APL 991070237736
SP. Relator(a): Francisco Giaquinto. Julgamento: 30/06/2010

A indenização por danos morais ou materiais pressupõe a existência de ato ilícito. Logo, mister se faz a comprovação do ato ilícito ensejador do dano para que se faça imperiosa a obrigação de repará-lo, assim como a relação de causalidade entre a ação do agente e a lesão sofrida.

No caso em tela, como já dito, inexistiu prova do ato ilícito imputado à empresa Ré, tampouco dos danos narrados pela parte Autora, que pudessem ensejar a obrigação de indenizar, **não havendo que se falar, pois, em qualquer compensação por dano de ordem moral.**

No mesmo sentido, patente se faz a negativa dos pedidos de declaração de nulidade do negócio jurídico ou o reconhecimento de sua abusividade, assim como das cobranças, e a restituição em dobro dos valores descontados indevidamente, haja vista, como já exposto, que a contratação foi feita de forma regular.

DISPOSITIVO:

Diante do exposto, REJEITO a preliminar aduzida pela Ré e **JULGO IMPROCEDENTE** a ação, com arrimo no art. 487, I, do CPC.

O acesso ao Juizado Especial independará, em primeiro grau de jurisdição, do pagamento de custas, taxas ou despesas, bem como a sentença de primeiro grau não condenará o vencido nas custas processuais e honorários de advogado, ressalvados os casos de litigância de má-fé, com esteio nos arts. 54 e 55 da Lei N.º 9.099/95.

Havendo eventual interposição de recurso nominado e, uma vez certificada a sua tempestividade e preparo, recebo-o sem efeito suspensivo, intimando-se a parte recorrida para apresentar as suas contrarrazões no prazo de 10 (dez) dias. Decorrido o prazo assinalado, subam os autos à Turma Recursal.

Em caso de requerimento da gratuidade da justiça, a sua apreciação dar-se-á quando da interposição do recurso, bem como seu deferimento ficará condicionado à apresentação de documentos que comprovem a efetiva insuficiência de recursos (DECORE, contracheque, declaração de IR, despesas ordinárias de manutenção da unidade familiar), os quais devem instruir obrigatoriamente a petição de interposição do recurso.

Para que produza seus jurídicos e legais efeitos, homologo a Sentença da Juíza Leiga Lina Cardoso Fernandes, na forma do art. 3º, §4º, da Resolução TJBA N. 7, de 28 de julho de 2010, publicada no DJE do dia 02 de agosto de 2010.

P.R.I.

Salvador, *data da assinatura eletrônica*.

ELOÍSA MATTA DA SILVEIRA LOPES

Juíza de Direito

Documento Assinado Eletronicamente

Assinado eletronicamente por: ELOISA MATTA DA SILVEIRA LOPES
Código de validação do documento: 9471f37e a ser validado no sítio do PROJUDI - TJBA.